

Jornalismo - presente com que futuro?

Sofia Branco · 02.06.2026

CULTURA · POLÍTICA · SOCIEDADE

Se não há jornalismo sem democracia, também não há democracia sem uma imprensa livre e independente. Num contexto de desinformação, desconfiança social e apatia política, o que pode o jornalismo?

O jornalismo enfrenta uma ameaça crescente e amplificada, a desinformação, acompanhada de uma desregulação e desresponsabilização das grandes plataformas digitais pelos conteúdos que circulam nas redes sociais que gerem e que são, muitas vezes, utilizadas para atacar o jornalismo.

Este cenário, inédito na história da democracia, tem aberto portas à tirania digital e à manipulação da informação.

Nas redes sociais, guiadas por plataformas multinacionais e multimilionárias, prolifera a irresponsável disseminação de conteúdos enviesados, falsificados, manipulados. Tudo num espaço por regulamentar.

O papel do jornalismo é o mesmo de sempre: fazer perguntas, escrutinar, pedir contas – em nome do interesse público.

Ao mesmo tempo, uma parte crescente da sociedade dá indicação de preferir confirmar as suas crenças, ainda que não assentes em factos, e revela uma desconfiança generalizada em atores antes considerados credíveis, dos políticos aos cientistas e, claro, aos jornalistas, agora diariamente sob ataque e apontados como *fake news*.

Ainda que sabendo que o jornalismo é um forte antídoto contra a manipulação, os poderes políticos não têm mostrado interesse nem vontade em não só protegê-lo efetivamente, mas reforçá-lo, com financiamento público. Ao contrário, muitos governos têm exposto o jornalismo como alvo a abater ou, na versão da extrema-direita portuguesa, «jornalixo».

Neste contexto, o que pode o jornalismo?

Pode – deve, tem de – continuar a fazer o que lhe compete. O papel do jornalismo é o mesmo de sempre: fazer perguntas, escrutinar, pedir contas – em nome do interesse público.

Nas redes sociais, guiadas por plataformas multinacionais e multimilionárias, prolifera a irresponsável disseminação de conteúdos enviesados, falsificados, manipulados.

A ética jornalística não se alterou: continua assente na busca da verdade, na recolha rigorosa dos factos, na honestidade, na independência, na audição de todas as partes, na garantia do contraditório, no contexto, na diversificação de fontes, na não discriminação, na transformação da sociedade para melhor.

O jornalismo sempre foi exercido na conflitualidade entre ser um negócio e, simultaneamente, um bem público. O jornalista é, ao mesmo tempo, um funcionário ao serviço de um patrão e ao serviço da humanidade.

Os poderes políticos não têm mostrado interesse nem vontade em proteger efetivamente ou reforçar o jornalismo.

Os baixos salários e os contratos precários continuam a funcionar como garrotes da independência dos e das jornalistas que exercem em Portugal – e, portanto, da efetivação da liberdade de imprensa, pilar fundamental das democracias.

O jornalismo é assegurado por trabalhadores e trabalhadoras qualificados mas mal pagos, num contexto empresarial guiado pelo lucro, esquecendo que o jornalismo é sempre um bem público, independentemente da natureza do prestador.

Sobretudo nas televisões, o último grande medium tradicional, o critério da audiência e a obsessão pelo direto, pela repetição, pela cedência do espaço informativo à opinião belicosa e infundamentada só tem servido para alimentar a (suposta) polarização da sociedade.

Simultaneamente, o jornalismo tem também de se reaproximar das pessoas, que dele se distanciaram, por vezes com razão, porque o jornalismo se esqueceu delas, as mais vulneráveis, preferindo conviver com os poderosos.

Promover uma cidadania informada e exigente deve ser também um desígnio dos jornalistas – que, há que destacar, no caso de Portugal se têm ativamente envolvido em projetos de literacia mediática dirigidos a vários públicos.

Sobretudo nas televisões, o critério da audiência e a obsessão pelo direto, pela repetição, pela cedência do espaço informativo à opinião belicosa e infundamentada só tem servido para alimentar a (suposta) polarização da sociedade.

É fundamental apostar na literacia mediática como ferramenta de promoção do pensamento crítico e de uma cidadania ativa.

Igualmente importante: o que podemos todos e todas, num contexto em que a confiança nos media e no jornalismo está fragilizada? Afinal, não somos todos e todas nós a audiência?

Escolher, selecionar, participar, criticar, exigir mais do jornalismo, manifestar opinião junto de quem o gere como um negócio fazendo de conta que não é um serviço público.

É fundamental apostar na literacia mediática como ferramenta de promoção do pensamento crítico e de uma cidadania ativa.

Ao mesmo tempo, apoiar o bom jornalismo, pagando por ele, consumindo informação rigorosa e credível, descartando conteúdos não verificados, nem que seja só para saber o que anda a ser dito.

Mas também é preciso exigir mais de quem nos governa – por exemplo, reivindicando apoios reais que contrariem a instalação de desertos noticiosos no país e subvenções dignas do nome a projetos credíveis de jornalismo. E esforços reais de promoção de literacia e pensamento crítico para toda a população do país.

E exigir mais também das instâncias nacionais e europeias que têm o poder de regular as plataformas multinacionais, que continuam irresponsavelmente a lucrar mais com a mentira do que com a verdade, ainda que vivendo à custa de informação jornalística, pela qual não pagam o devido valor.

É preciso exigir mais de quem nos governa – por exemplo, reivindicando apoios reais que contrariem a instalação de desertos noticiosos no país e subvenções dignas do nome a projetos credíveis de jornalismo.

Na convicção de que o jornalismo é essencial para a construção de uma esfera pública mais transparente, responsável e informada. E de que, se não há jornalismo sem democracia, também não há democracia sem uma imprensa livre e independente.